

'Instituições terão o maior teste. Ditadura nunca mais', diz Fachin

Edson Fachin

'A Justiça Eleitoral já pode estar sob ataque de hackers'

— Futuro presidente do TSE alerta para cibercrimes, cita Rússia e diz que 'instituições terão seu maior teste'

ENTREVISTA

Ministro até no STF desde 2015 e titular do TSE desde 2018. Vai assumir comando da Corte Eleitoral no próximo dia 22

BIÊNIO PRES WELLEY BELIN BRASILIA

A uma semana de tomar posse como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o ministro Edson Fachin disse no Estado que a Justiça Eleitoral "já pode estar sob ataque de hackers".

"A preocupação com cibercrimes nos últimos meses, e eu posso dizer a vocês que a Justiça Eleitoral já pode estar sob ataque de hackers, não apenas de atividades de criminosos, mas também de países, tal como a Rússia, que não têm legislação adequada de controle", afirmou Fachin em entrevista exclusiva.

Sem responder ao Telegram a reiterados contatos do TSE, o ministro afirmou que é hora de desenvolver parcerias que garantam a segurança das informações. Mas destacou que ainda vai aguardar uma posição do Congresso para restringir a atuação de redes sociais que não têm representantes no País. "O mundo não viveu planeta sem lei".

Ministro descartou a possibilidade de as Forças Armadas se arriarem a "interesses conjunturais", caso presidente Jair Bolsonaro seja derrotado nas urnas em outubro.

"Nós teremos o maior teste das instituições democráticas", observou ele. Ao dizer que o slogan de sua gestão no TSE será "paiz e segurança nas eleições", Fachin afirmou que o "populismo autoritário" não tem nada de novo. "Ditadura nunca mais", declarou o magistrado. A seguir, os principais trechos da entrevista:

O presidente Jair Bolsonaro ameaçou não reconhecer o resultado das urnas neste ano eleitoral. O que o TSE pode fazer se isso acontecer? E o que pode fazer também caso surja um movimento semelhante no

do invaso ao Capitólio, nos Estados Unidos? Eu não creio que irá acontecer. Tenho esperança de que não aconteça e vai trabalhar para que não aconteça. Mas, numa circunstância como essa, nós temos, certamente, o maior teste das instituições democráticas do Brasil. Um grande teste para o Parlamento. Um grande teste para a sociedade. Um grande teste para as Forças Armadas, que são forças permanentes, institucionais, do Estado, e que estão seguros que permanecem fiéis à sua missão constitucional e não se arriarão a interesses conjunturais. Também será um teste para a Justiça Eleitoral, que é uma instituição permanente do Estado. A nós caberá organizar, realizar as eleições, declarar os eleitos, diplomar e, em seguida, haverá posse para que cada um governar. E para efetivamente isso que vamos trabalhar.

De onde vem a confiança nesse quadro? O que contribui para isso? Em primeiro lugar, contribui para isso que não tivemos 23 anos de uma ditadura civil-militar

cujo resultado foi um resultado que trouxe consequências nefastas para o Brasil. Ditadura nunca mais. Os males da democracia devem ser resolvidos dentro da democracia. (A Constituição) desenhou um arcabouço que, no meu modo de ver, pode sofrer turbulências, mas será mais firme do que qualquer populismo autoritário que tente gerar a ruína, a diluição do regime democrático do Brasil. Eu espero que minha geração não veja isso de novo e que meus netos cresçam numa democracia.

O senhor citou que criminosos e agentes estatais hospedados em diversos países, como a Rússia, declararam guerra à Justiça Eleitoral. Pode dar exemplos disso e explicar como exatamente será reforçada a segurança cibernética nas eleições de 2022?

A preocupação com cibercrimes nos últimos meses e eu posso dizer a vocês que a Justiça Eleitoral já pode estar sob ataque de hackers, não apenas de atividades de criminosos, mas também de países, tal como a Rússia, que não têm legislação adequada de controle. Por que garantir a liberdade, é preciso controlar quem ataca contra a liberdade. Para garantir a liberdade de expressão, é fundamental que se garanta a expressão da liberdade. Por que, sendo, o discurso da liberdade é um discurso só, e um discurso próprio do populismo autoritário. E esse é o nosso reto: o universo de precauções, ou seja, universo que diz respeito ter paz e segurança nas eleições.

Poram detectadas ameaças na prática ou ainda estão no campo de risco? Nós temos ficado desatentos em alguns países, como, por exemplo, na Macedônia do Norte, que são riscos detectados, entram no nosso radar diário em jornais e relatórios de empresas privadas, que o Microsoft fez publicar perto do fim do ano passado, que mostram que 50% dos cibercrimes tem origem na Rússia. ☺



Fachin fala em tornar as eleições do País 'uma espécie de casa mundial sobre a democracia'

Eu entendo pouco de música, mas gosto muito de música. Gosto desde o Pena Branca e Xaxabinha até os Open de Wagner. E não sabemos que o crescimento da música começa no pianismo, que é quase inaudível, no piano, no forte, no muito forte e no fortíssimo. Essa escala bem revela qual é o caminho que nós vamos seguir em relação ao Telegram. Nós já passamos do pianíssimo, chegou a hora de entrar no movimento crescendo forte. Nós estamos observando, em primeiro lugar, qual é a resposta que o Parlamento brasileiro vai dar. Será uma grande oportunidade de o Parlamento brasileiro pacificar esta questão e dar uma base jurídica fundamental, quem entra no Brasil tem a liberdade plena que a Constituição lhe garante e ao mesmo tempo a responsabilidade integral que também deriva da Constituição, que é, em primeiro lugar, cumprir as leis brasileiras.

Já existe no Marco Civil da Internet uma previsão que permite, na visão de alguns especialistas, a atuação do TSE em relação à suspensão de contas justamente porque não há representação. Isso não ocorre, o que nós estamos fazendo sistematicamente é um mapeamento das experiências de outros países. A mais recente experiência é esta da Alemanha, cuja notícia nos últimos dias foram bastante interessantes sobre as providências tomadas em relação ao Telegram, que foram excluídos diversos canais que programaram a incitação ao ódio. Estamos também examinando outros países que estão se defrontando com problemas parecidos, como o México. Portanto, o TSE está a observar, a colaborar com o Parlamento e está a aguardar o pronunciamento do Parlamento, mas poderá ocorrer que, em um determinado momento, em uma determinada ação ou numa determinada promoção que seja feita pelo Ministério Público, o Tribunal Superior Eleitoral, ou quem sabe até mesmo o Supremo Tribunal Federal, venha a se pronunciar sobre esta matéria. Este é o crescendo de uma paritância, nós nos encontramos atualmente nesta fase e eu, pessoalmente, convido de todas as ideias expressadas pelo ministro Barroso até agora sobre esta matéria.

"Para garantir a liberdade de expressão e fundamental que se garanta a expressão da liberdade. Por que, sendo, o discurso da liberdade é um discurso só, e um discurso próprio do populismo autoritário. E esse é o nosso reto: o universo de precauções, ou seja, universo que diz respeito ter paz e segurança nas eleições."

"O maior teste da democracia deve ser resolvido dentro da democracia. (A Constituição) desenhou um arcabouço que pode sofrer turbulências, mas será mais firme do que qualquer populismo autoritário que tente gerar a ruína."

"Será uma grande oportunidade de o Parlamento brasileiro pacificar esta questão e dar uma base jurídica fundamental, quem entra no Brasil tem a liberdade plena que a Constituição lhe garante e, ao mesmo tempo, a responsabilidade integral que também deriva da Constituição, que é, em primeiro lugar, cumprir as leis brasileiras."

"Disseminar informação sabidamente falsa é crime eleitoral, é fato, mas se for necessário algum tipo de providência mais severa, nós não vamos ter dúvida em também tomar. Para isso, o juiz não age, como regra, por iniciativa própria. É o Ministério Público que investiga, oferece denúncia. Portanto, este é um caso também muito importante para a atuação do Ministério Público Eleitoral em favor da lisura e da normalidade das eleições."

Que outras ações o Tribunal Superior Eleitoral está fazendo para combater a disseminação de informações falsas? Estamos reforçando o conjunto de recursos humanos e profissionais da assessoria de combate à desinformação, inclusive com a renovação dos acordos de TSE com as plataformas digitais cobradas. Disseminar informação sabidamente falsa é crime eleitoral, de forma que, se for necessário algum tipo de providência mais severa, nós não vamos ter dúvida em também tomar. Para isso, o juiz não age, como regra, por iniciativa própria. É o Ministério Público que investiga, oferece denúncia. Portanto, este é um caso também muito importante para a atuação do Ministério Público Eleitoral em favor da lisura e da normalidade das eleições.

para tentar historicar as etapas russas em eleições. Uma campanha presidencial americana de 2016 foi marcada por acusações de que hackers russos atacaram o Partido Democrata com a intenção de interferir na eleição em favor de Donald Trump. Entretanto, esse mesmo grupo esteve por trás de tentativas de espionagem nas eleições americanas. Segundo a Microsoft, o grupo foi responsável

por ataques a mais de 200 pessoas e organizações nos EUA e no Reino Unido. Entre os ataques americanos houve os ataques às campanhas de Hillary Clinton e republicanos. Em 2017, hackers russos também atacaram o Ex-Marche, movimento político de Emmanuel Macron, então candidato à presidência do turno das eleições presidenciais na França. O ataque consistiu em tentativas de "phishing" visando para roubar dados em um e-mail de e-mails fraudulentos.

riedade. O mundo não viveu um planeta sem lei. O mundo se tornou um lugar regulamentado, especialmente pela autonomia, pelo autorregulamentação, pela liberdade, pelos espaços de negociação, pelos espaços de ofícios públicos. Podemos citar os Estados Unidos, onde há uma sociedade de mercado, portanto, uma sociedade aberta. É uma sociedade imensamente regulada, também regulada para garantir as emendas. De que maneira a Justiça Eleitoral deveria atuar para impedir abuso do poder econômico com recursos públicos? Eu liquei o vídeo. (No julgamento sobre o bloqueio do uso dos recursos do orçamento secreto). As premissas que estão na sua pergunta convergem com o que nós estamos fazendo no âmbito jurídico, que eu tomei no voto em que falei vencido. A matéria do Superior molhou a sua percepção jurídica. Isso terá consequências eleitorais. Se houver e estiver na alçada do Tribunal Superior Eleitoral, as decisões aqui, obviamente, serão tomadas. Mas a decisão mais relevante foi a tomada e eu, infelizmente, liquei vencido.

Qual o significado do pleito de 2022 no País após ataques à democracia nos últimos meses e diante da invasão do Capitólio nos Estados Unidos? As eleições no Brasil são importantes, mas não apenas para o País, mas para a região da América do Sul, da América Latina, da América Central, da própria América do Norte e da Europa. Há uma visão o que se passa nos dias correntes em alguns países da Europa, uma Polónia, Hungria, Turquia, para citar alguns exemplos, e o que se passa aqui perto do Brasil como em El Salvador, recentemente na Nicarágua, e Venezuela. Portanto, essas eleições são fundamentais para o funcionamento da democracia. E o Brasil precisa ser um bom exemplo. Nós queremos nossa articulação institucional tornar as eleições do Brasil e uma espécie de casa mundial sobre a democracia. ☺

Que outras ações o Tribunal Superior Eleitoral está fazendo para combater a disseminação de informações falsas? Estamos reforçando o conjunto de recursos humanos e profissionais da assessoria de combate à desinformação, inclusive com a renovação dos acordos de TSE com as plataformas digitais cobradas. Disseminar informação sabidamente falsa é crime eleitoral, de forma que, se for necessário algum tipo de providência mais severa, nós não vamos ter dúvida em também tomar. Para isso, o juiz não age, como regra, por iniciativa própria. É o Ministério Público que investiga, oferece denúncia. Portanto, este é um caso também muito importante para a atuação do Ministério Público Eleitoral em favor da lisura e da normalidade das eleições.

Que outras ações o Tribunal Superior Eleitoral está fazendo para combater a disseminação de informações falsas? Estamos reforçando o conjunto de recursos humanos e profissionais da assessoria de combate à desinformação, inclusive com a renovação dos acordos de TSE com as plataformas digitais cobradas. Disseminar informação sabidamente falsa é crime eleitoral, de forma que, se for necessário algum tipo de providência mais severa, nós não vamos ter dúvida em também tomar. Para isso, o juiz não age, como regra, por iniciativa própria. É o Ministério Público que investiga, oferece denúncia. Portanto, este é um caso também muito importante para a atuação do Ministério Público Eleitoral em favor da lisura e da normalidade das eleições.